

A SUGESTÃO DE UM (ANTI)MÉTODO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A HERMENÊUTICA FILOSÓFICA DE HANS-GEORG GADAMER

Aldemberg Meireles Soares da Silva¹, Andréia de Oliveira Castro², Ester Silva Chaves³, Fabiano de Oliveira Vitoriano Pereira⁴, Ronaldo dos Santos Leonel⁵ e Jacirene Vieira de Sousa⁶

¹Universidade do Estado do Pará, Belém, Brasil (e-mail:

ALEDEMBERG.MSD.SILVA@ALUNO.UEPA.BR)

²Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

³Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

⁴Universidade Federal do Pará, Altamira, Brasil

⁵Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

⁶Universidade Federal do Pará, Altamira, Brasil

Resumo: Este texto analisa como a Hermenêutica Filosófica proposta por Hans-Georg Gadamer, vista como um (anti)método, contribui para uma mudança na perspectiva epistemológica dentro da Educação Ambiental, favorecendo uma interação igualitária entre seres humanos e entidades não humanas. A investigação é de natureza qualitativa, adotando uma abordagem filosófica hermenêutica. Realiza-se uma revisão de literatura que se justifica pela importância socioambiental da crise ecológica resultante do Capitalismo, evidenciando a inadequação dos conceitos modernos na proteção de todos os seres. A Hermenêutica Filosófica pode ser uma aliada da Educação Ambiental ao promover a inclusão de outras entidades como dignas de proteção e cuidados. Além disso, ao questionar as "promessas" da Modernidade que encobrem formas de dominação e exclusão do Outro, a Hermenêutica Filosófica se revela como um (anti)método eficaz para revisitar esse Outro – tanto humano quanto não humano – no cerne do processo de entendimento.

Palavras-chave: (Anti)Abordagem, Educação Ecológica, Hans-Georg Gadamer, Interpretação Filosófica.

INTRODUÇÃO

A crescente complexidade das sociedades tem destacado um dos principais desafios da Ética: a discussão entre universalismo e particularismo. Seria possível estabelecer critérios que sejam justos para todos, considerando a diversidade existente? Esses critérios universais conseguem abranger as especificidades e singularidades de diferentes contextos locais? O princípio fundamental da Ética universalista é, como se sabe, o respeito à dignidade humana – e a partir desse princípio surge o Metaprincípio da Dignidade da Pessoa Humana, que atua como uma orientação na aplicação, interpretação e integração das legislações. É importante ressaltar, entretanto, que esse Metaprincípio se fundamenta em bases tipicamente modernas: o conceito de Dignidade amplamente reconhecido, adotado e fixado no Constitucionalismo (moderno) é essencialmente jusnaturalista.

A Dignidade Humana é considerada a base para os demais direitos – como liberdade, igualdade,

solidariedade, justiça e paz – e estabelece, desde 1948, com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), uma visão de mundo que beneficia um tipo específico de ser humano como portador dessa Dignidade, mesmo que essa ideia pretenda ser abrangente. Essa noção de universalidade protege um indivíduo que se encaixa em características como ser homem, cisgênero, heterosexual, branco, oriundo do Ocidente (seja europeu ou americano), educado, urbano, proprietário e que fundamenta sua autoridade na racionalidade moderna e utilitária, ou seja, um homem que “utiliza a diferença como um elemento funcional a serviço de um sistema lógico” (Ruiz, 2008, p. 136).

O Paradigma da Modernidade, ao tratar os direitos de forma homogênea sob a ótica do “homem universal”, falha em reconhecer a diversidade e a complexidade da realidade. Por essa razão, não consegue lidar adequadamente com as diversas crises que marcam a atualidade – entre elas, a crise ambiental, sendo o foco deste artigo. Assim, embora haja um consenso sobre o

fato de o Metaprincípio da Dignidade da Pessoa Humana organiza as relações entre humanos e não humanos, negando aos últimos um tratamento fundamentado em um antropocentrismo materialista e desconsiderando a legitimidade das vozes das minorias, é fundamental criar um Metaprincípio que seja genuíno, íntegro e alinhado com as exigências ético-ambientais do século XXI.

Neste contexto, a Hermenêutica Filosófica se destaca como um “método” (ou, mais precisamente, um antimétodo) eficaz para confrontar o silenciamento intencional do(s) Outro(s) e suas vozes: ao focar nesse Outro, estabelecendo a alteridade como o critério central da prática dentro do discurso de igualdade (e, quando necessário, de equidade), a Hermenêutica pode contribuir para uma mudança na interpretação e compreensão (de natureza ontoepistemológica) que incorpore as diversidades.

Assim, o propósito deste artigo é investigar de que maneira a Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer, vista como um (anti)método, favorece a transformação ontoepistemológica no âmbito da Educação Ambiental, buscando estabelecer uma relação equitativa entre humanos e não humanos – um fundamento, portanto, para um novo Metaprincípio, denominado Metaprincípio Ético Ambiental (cf. Moura, 2021), que se opõe à Modernidade e sua concepção (jusnaturalista) restrita de Dignidade. A investigação do problema em questão é de natureza qualitativa, enquanto a análise filosófica do fenômeno estudado adota uma abordagem Hermenêutico-Filosófica.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa fundamental caracterizada por sua natureza teórica e pela sua finalidade de compreender um fenômeno atual e observável – e, em relação às técnicas utilizadas, é uma revisão da literatura existente. A justificativa para a pesquisa se baseia, principalmente, na importância socioambiental do fenômeno em análise: a crise ecológica, resultante do Capitalismo, evidencia a inadequação das ferramentas e conceitos da Modernidade para proteger tanto os seres humanos quanto os não humanos.

O domínio da Educação Ambiental tem investigado o aspecto ético em várias pesquisas, reconhecendo-o como um elemento essencial para ações humanas que visam à preservação ambiental. Nesse contexto, acredita-se que uma abordagem que valorize a alteridade, por meio de um (anti)método, possui um grande potencial para aprofundar a compreensão histórica dos fenômenos, capacitando os agentes a realizarem transformações significativas na realidade concreta através de sua prática.

PONTOS ESSENCIAIS PARA ENTENDER O (ANTI)MÉTODO DE HANS-GEORG GADAMER

Hans-Georg Gadamer (1900-2002) é um dos principais representantes da Hermenêutica Filosófica. Ele foi influenciado por Martin Heidegger e assumiu a cadeira de Filosofia na Universidade de Heidelberg, sucedendo Karl Theodor Jaspers. Gadamer teve uma forte conexão com a tradição hermenêutica da Alemanha, que enfatiza a importância da linguagem para a compreensão do conhecimento. Sua obra mais significativa é "Verdade e Método" (2011, 2015 [1960]). Muitos estudiosos de suas contribuições argumentam que o título de sua obra-prima poderia ser interpretado como "Verdade contra Método". Segundo a análise de Lenio Streck (2017, p. 288):

“O autor tenta mostrar que no nível da linguagem (assim como no da experiência da arte e no do conhecimento histórico), manifesta-se uma verdade que não é produzida pelo método lógico-analítico, que não é de caráter lógico-semântico. E é um tipo de verdade à qual temos acesso por caminhos totalmente diferentes dos que estão estabelecidos pelo conhecimento científico em geral”

Isso implica que, e aqui entra o elemento “tempo”, na realização da verdade estamos rodeados pela tradição (o processo da tradição – Überlieferungsgeschehen). A Hermenêutica atua como a base que aborda essa verdade que não se sujeita a métodos sistemáticos, razão pela qual é chamada de Hermenêutica Filosófica – e não Hermenêutica Metodológica (Streck, 2017, p. 288). A capacidade de racionalidade humana foi limitada à representação lógica formal da realidade, enquanto a Filosofia foi reduzida a um sistema de análise e organização da linguagem científica (Stein, 2008a, p. 13-14). Nesse sentido, a Hermenêutica surge com a finalidade de recuperar – principalmente por meio da linguagem – a interpretação, que deve ser contextualizada.

Surge, então, a indagação: a Hermenêutica possui um método? A resposta pode ser tanto afirmativa quanto negativa. Explico. Se considerarmos o método como um “passo a passo”, um simples seguimento de etapas – onde esse seguimento assegura a Veracidade do resultado – então a Hermenêutica Filosófica proposta por Gadamer não se encaixa nesse conceito de método.

No entanto, se entendermos método de uma maneira mais ampla, como o engajamento do pesquisador com a Verdade da pesquisa – isto é, o compromisso com a ciência, a ética, as fontes de pesquisa e os resultados – além de um simples “checklist”, podemos concluir que a Hermenêutica Filosófica possui, sim, um método.

Lenio Streck argumenta que o “método” hermenêutico se assemelha à prática de uma leitura crítica do fenômeno; ao dizer isso, ele se refere à ideia de

“revirar a base linguística em que a tradição está fundamentada, reconstruindo a trajetória institucional do fenômeno” (Streck, 2016, p. 9). Essa leitura crítica sugere enxergar os fenômenos como palimpsestos: à medida que se examina a base linguística, “descasqueando o fenômeno”, seu significado começa a emergir, permitindo uma compreensão progressivamente mais aprofundada. Ao final dessa jornada, o fenômeno não será mais o que o intérprete inicialmente percebia – ele se revelará “como ele realmente é” (Streck, 2016, p. 10. Excerto adaptado).

A Hermenêutica Filosófica transcende o simples método da pesquisa científica – não que essa abordagem não tenha seu valor, pois tem, mas no processo de entendimento, ela se torna um “nível secundário de compreensão” (Oliveira, 2015, p. 48). Então, se a Hermenêutica Filosófica se origina do Mythos, por que se limitaria apenas aos limites do Logos? Por que não interagiria com outras maneiras de perceber a existência? Qual seria a razão para a reflexão sobre a “vida boa” se restringir apenas à dimensão do Logos? Seria realmente contraditório se assim ocorresse. Além disso, Heidegger já apontou para o “problema do método”; interpretando-se.

“A investigação matemática da natureza não é exata porque calcula com precisão, mas tem que calcular desse modo porque a ligação à sua área de objectos tem o caráter de exatidão. Pelo contrário, todas as ciências do espírito, até mesmo as ciências do vivente, têm de ser necessariamente inexatas, precisamente para permanecerem rigorosas. (...) O inexato das ciências do espírito historiográficas não é uma deficiência, mas apenas o cumprimento de uma exigência essencial para este modo de investigação (Heidegger, 2002, p. 101.”

A Hermenêutica Filosófica pode ser vista como uma maneira de existir no mundo. A interpretação não é algo que controlamos plenamente. Quando entendemos, estamos interpretando; ao interpretar, fazemos aplicações. Essas aplicações surgem porque já temos uma compreensão inicial e, influenciados pela realidade ao nosso redor, estamos constantemente aprimorando nossas percepções. Dessa forma, a Hermenêutica não ocorre de forma isolada. Interpretar significa colocar em prática (Soares; Fontanive, 2018).

Interpretar, à luz da perspectiva de Gadamer, envolve um processo de autoconhecimento para quem realiza a interpretação (Streck, 2017, p. 288). É importante ressaltar que isso não implica que a hermenêutica filosófica de Gadamer desconsidere a utilização de um método para alcançar a Verdade – o que poderia levar a debates sobre relativismos na interpretação.

Na verdade, é exatamente o oposto. Como menciona Streck, o fato de o método não ser a única via para se atingir a verdade implica uma maior responsabilidade

da comunidade acadêmica – especialmente dos educadores ambientais – em abordar esta questão, evitando cair em relativismos interpretativos (Streck, 2017, p. 289). Gadamer não é contrário ao conhecimento metódico – ele reconhece sua validade, mas observa que sua imposição como o único paradigma de saber pode nos tornar insensíveis a outras formas de conhecimento (Grondin, 2012, p. 64).

A noção de que a Hermenêutica Filosófica, ao se opor ao método e ao objetivismo, poderia se tornar presa do relativismo é amplamente discutida (Streck, 2017, p. 289). A verdade proposta pela Hermenêutica Filosófica não se caracteriza como uma verdade empírica nem como uma verdade. Trata-se de “uma verdade que se forma dentro do aspecto intersubjetivo da linguagem, surgindo de um conhecimento compartilhado a priori, onde as convicções subjetivas são limitadas externamente” (Streck, 2017, p. 289).

As reflexões de Gadamer têm origem na vivência da obra artística e na estética; ele utiliza a experiência da observação dos trabalhos de Francisco de Goya, especialmente as pinturas El dos de mayo e El três de mayo, que ilustram a ocupação da Espanha por Napoleão Bonaparte (com ênfase nos massacres perpetrados pelas tropas francesas contra os levantes populares espanhóis). Surge aqui o conceito central da Hermenêutica de Gadamer: Wirkungsgeschichte. Este termo, já existente, “refere-se em sua definição mais comum à história da recepção ou, de maneira mais simples, à continuidade das obras ao longo da história” (Grondin, 2012, p. 70-71).

A intenção filosófica de Gadamer é cultivar uma compreensãopropriada sobre a atividade da História e reconhecer suas limitações: “a atividade histórica continua a influenciar nossa consciência além da percepção que temos a respeito disso” (Grondin, 2012, p. 72). Segundo Grondin, sua esperança é que “ao reconhecer sua finitude essencial, a consciência se abra para a alteridade e novas vivências” (Grondin, 2012, p. 72).

O conceito de fusão de horizontes, fundamental na Hermenêutica Filosófica, refere-se à incessante mediação do passado pelo presente, incluindo o papel ativo do intérprete: “Compreender o passado não significa abandonar o horizonte atual e seus preconceitos para penetrar no horizonte histórico”, como aspirava Husserl com sua epokhé; na verdade, trata-se de “reinterpretar o passado na linguagem contemporânea, onde se mesclam os horizontes históricos e atuais” (Grondin, 2012, p. 72). A fusão se concretiza, quando bem realizada, na intersecção entre o intérprete e sua compreensão do passado (Grondin, 2012, p. 72).

Além da relação da Verdade com a arte, em Gadamer ela se manifesta também em outros dois aspectos: na

História e na linguagem. A explicação de Paulo Rudi Schneider fornece um resumo claro da abordagem de Gadamer sobre o entendimento (e não a fundamentação): “Gadamer propõe a universalidade da experiência hermenêutica baseada na experiência da arte, da história e da linguagem como sendo mais abrangente do que a experiência elaborada conforme o método da ciência moderna. Mesmo que a ciência moderna tenha tido o enorme sucesso resultando em sua importância social e histórica relacionada ao sistema produtivo e afetando a todos profundamente, a experiência hermenêutica seria mais fundamental e mais universal pelo fato de se referir ao todo da experiência da compreensão humana. ‘Originalmente o fenômeno hermenêutico de modo algum é um problema de método’. Nele ‘não se trata de modo algum em primeiro lugar da construção de um conhecimento assegurado que satisfizesse o ideal de método da ciência’. ‘O fenômeno da compreensão não somente perpassa todas as relações humanas de mundo. Também em meio às ciências tem validade autônoma e se contrapõe à tentativa de ser reinterpretada como método’” (Schneider, 2015, p. 25.)

A Verdade, por não possuir um caráter absoluto, contém em sua essência a noção de movimento. Gadamer mantém um diálogo frutífero com Hegel, adotando dele a ideia de movimento para sua Hermenêutica Filosófica, entendida como um evento (*Geschehen*) – “dessa forma, conectando a universalidade da ontologia da interpretação como elemento central de uma teoria abrangente do ‘compreender’ (*Verstehen*)” (Stein, 2015, p. 21). Assim, a relação com Hegel vai além de “uma maneira de ilustrar o processo de compreensão e interpretação através de uma metáfora hegeliana de movimento e circularidade” (Stein, 2015, p. 21).

A Verdade, portanto, encontra-se em um fluxo contínuo. Quando nós a entendemos (entendimento ↔ interpretação ↔ aplicação ↔ (nova)interpretação), esse processo ocorre de maneira simultânea (e não em fases sequenciais), parece razoável afirmar que a Verdade resultante desse fluxo é, igualmente, dinâmica – e por isso permanece em um estado provisório.

Esse fluxo poderia ser considerado uma interpretação da fórmula gadameriana (*veritas est*) *adaequatio intellectus et rei*:

“Se há fusão com o presente, é porque o entendimento sempre encerra uma parte de aplicação. No momento em que entende, o intérprete insere algo de seu, mas esse ‘seu’ é também o de sua época, de sua linguagem e de seus questionamentos. Sempre interpretamos uma obra a partir de questionamentos, frequentemente imperceptíveis, de nosso tempo. Entender é, pois,

‘aplicar’ um sentido ao presente (Grondin, 2012, p. 74).”

A Hermenêutica Filosófica busca entender a historicidade da compreensão relacionada ao contexto da cultura humana e da experiência vivida (STEIN, 2015, p. 23), estabelecendo uma conexão com o conceito de *Erlebnis* (experiência vivida) proposto por Dilthey. Segundo Gadamer, “a totalidade da cultura humana deve ser vista como parte de um processo histórico de um significado que nunca conseguimos recuperar completamente” (Stein, 2015, p. 23).

Em outras palavras, os atos de compreender e interpretar devem ser percebidos como um processo dinâmico de significados, cuja historicidade nunca será totalmente esgotada (Stein, 2015, p. 23). Gadamer também nos ensinou que a hermenêutica se fundamenta no diálogo entre pergunta e resposta, estando sempre em um fluxo contínuo, sem a pretensão de alcançar a última palavra (Stein, 2015, p. 24). Isso remete à Maiêutica socrática, onde a combinação da Maiêutica com a dialética de Platão sugere que o diálogo é o meio dialético para se alcançar a Verdade.

Discutindo as questões do (anti)método, é essencial lembrar que Gadamer não faz uso da dialética em Verdade e Método. Em vez disso, ele recorre ao jogo de perguntas e respostas, além da relação entre o todo e as partes, entre outras expressões afins (Stein, 2015, p. 16). Segundo Stein, na Hermenêutica Filosófica de Gadamer, “todo conhecimento racional se fundamenta em uma compreensão que nunca chega a um final definitivo”; assim, ele não apresenta um novo paradigma para a Filosofia, mas consegue “tornar frutífera uma intuição analítica existencial de Heidegger” (Stein, 2015, p. 24) – que é o seu objetivo.

O deslocamento mencionado do método para um segundo plano enfatiza a análise da Hermenêutica Filosófica dentro da limitação da condição humana e sua conexão com a historicidade do significado (Oliveira, 2015, p. 48). Para esclarecer, antes que o ser humano seja capaz de entender a si mesmo por meio da reflexão, sua compreensão se dá inicialmente nas esferas da família, da sociedade, do Estado e da comunidade (*Gemeinschaft*). Enquanto Hegel propõe que há um saber prévio que orienta toda a experiência — sempre direcionada para a totalidade do absoluto — Gadamer inverte essa relação hegeliana, ao apresentar a experiência da história concreta como fundamental para a constituição do saber, ao integrar a noção de finitude em seu contexto reflexivo, inspirado em Heidegger (Oliveira, 2015, p. 48. Excerto adaptado).

Da última afirmação, pode-se discernir a intenção de Gadamer em relação ao universalismo da Hermenêutica Filosófica, que se posiciona como um (anti)método. O foco não está nas produções

específicas de cada uma das chamadas “disciplinas hermenêuticas” – como Direito, Teologia e Literatura – no que se refere a procedimentos particulares do respectivo campo (Oliveira, 2015, p. 48).

O que realmente importa é “aquilo que, independentemente da área em que se encontra, ocorre quando realizamos a compreensão” (Oliveira, 2015, p. 49). Por essa razão, a Hermenêutica Filosófica pode contribuir com a Educação Ambiental ao promover a inclusão das outras entidades – tanto humanas quanto não humanas – como sujeito digno de proteção e cuidado.

O texto é dividido em quatro seções: uma breve Introdução; uma primeira parte intitulada “Principais aspectos para entender o (anti)método de Hans-Georg Gadamer”, cujo objetivo é apresentar, de maneira concisa, a proposta de Hermenêutica Filosófica de Gadamer; uma segunda parte chamada “Hermenêutica Filosófica e características essenciais de uma prática pedagógica (hermenêutica) voltada para o meio ambiente”, onde se discute o potencial da abordagem gadameriana no contexto da Educação Ambiental; e, por fim, as conclusões.

INTERPRETAÇÃO FILOSÓFICA E CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE UMA PRÁTICA EDUCACIONAL (INTERPRETATIVA) COM FOCO AMBIENTAL

Diante de uma proposta de um novo Metaprincípio – conhecido como Metaprincípio Ético Ambiental – que busca permeabilizar a legislação a fim de igualar os seres humanos e não humanos, é fundamental destacar que a pesquisa em Educação ainda se concentra na vivência humana. Isso ocorre por uma razão bastante simples: a Educação – entendida como o ato educativo em sua essência – é voltada para os seres humanos. Somente eles podem ser educados. Apenas os humanos são capazes de vivenciar experiências significativas e atribuir sentido a elas. A historicidade é uma característica exclusiva do ser humano e de tudo que a ele se relaciona; fundamentando-se em Heidegger, Ernildo Stein ressalta que: “A historicidade nada mais é que um existencial, isto é, uma forma de existir que a coisa não tem. O saco de batatas não tem história. Ou por outra: tem história apenas na medida em que é posto no meu mundo e eu começo, por exemplo, a comerciar com ele; caso contrário, não tem história. A historicidade da mercadoria existe, como existencial (Stein, 2008b, p. 36. Grifos do original)”.

Para Heidegger, a ética é inerente à existência – a transformação inicia-se em si (*self*) antes de se voltar para o Outro. Primeiro, mudo a mim e, em seguida, incentivo o Outro a também se transformar. Reconheço, ao mesmo tempo, que há outro que deseja me influenciar. É importante ressaltar que a Educação bancária também pretende modificar os indivíduos:

busca alterar ou eliminar o pouco de pensamento crítico que subsiste.

A ética segundo Heidegger indicará que a disposição para a transformação é uma das características mais significativas da experiência humana; trata-se de uma análise existencial do Dasein (Ser-aí) – todavia, é fundamental estar atento ao tipo de mudança que aceitaremos ou rejeitaremos. A experiência do Outro – o processo de compreendê-lo – não deve acontecer de maneira a convertê-lo em um objeto. Em primeiro lugar, “a compreensão do outro deve ocorrer de forma que ele não seja destruído.

Em vez de limitar-se à autorreflexão, deve-se manter a possibilidade de incluir outra pessoa na discussão” (Dalbosco, 2014, p. 1046). Isso se dá porque uma reivindicação feita por um indivíduo pode sempre ser desafiada ou contestada por outro, estabelecendo um movimento de tensão que resulta no reconhecimento mútuo. Além disso, é importante considerar a historicidade presente nas interações entre indivíduos (“tu” e “eu”). Tanto a reivindicação quanto a contestação não são definitivas: “como nenhum dos envolvidos tem a palavra final, a busca por um reconhecimento mútuo é incessante e os acordos que surgem desse processo são temporários” (Dalbosco, 2014, p. 1046). Para Gadamer, sem uma disposição para abertura mútua, não existe uma conexão humana genuína.

Deste modo, conclui-se que “o sentimento de pertencimento emerge da habilidade de ouvir, que é a essência do diálogo autêntico” (Dalbosco, 2014, p. 1047). É interessante notar o que Nadja Hermann afirma nesta mesma linha de pensamento: “Deixar os que se educam dizer a palavra (a palavra da ciência, do ético, do estético da dor, da poesia) é radicalizar a ideia de que o homem possui linguagem. A abertura de horizontes que o diálogo possibilita permite à educação fazer valer a polissemia dos discursos e criar um espaço de compreensão mútua entre os envolvidos (Hermann, 2002, p. 95). ”

Nadja Hermann ressalta a existência de uma dimensão ética na prática hermenêutica: “a abordagem hermenêutica de Gadamer tem impactado o pensamento ético por sugerir uma revitalização da filosofia prática, ou seja, a conexão entre conhecimento e ação” (Hermann, 2002, p. 96). Gadamer introduziu “uma reinterpretação da phronesis (prudência ética) de Aristóteles, onde a compreensão se manifesta como uma aplicação específica de um princípio universal em uma situação particular”, o que implica que “a deliberação prudente é baseada na habilidade de se inserir na situação concreta em que o outro deve agir” e “isso exige o esforço de discernir o que é justo em função das circunstâncias em que se deve atuar, em oposição à

aplicação rígida de um princípio ou norma abstrata” (Hermann, 2002, p. 96).

É importante notar que a ética se relaciona com a ação. Ela diz respeito à forma como interagimos entre nós – e, por isso, a alteridade é um conceito central para se entender o significado de uma ética ambiental. A ética investiga, nesse contexto, quais são os fundamentos das relações entre A e B – sendo A um sujeito específico, concreto e histórico, enquanto B pode não ser necessariamente um ser humano.

Uma educação fundamentada na Hermenêutica Filosófica de Gadamer se configura como uma prática que transcende as relações de dominação típicas da Modernidade (sujeito-objeto). Em essência, as investigações que se baseiam no raciocínio cartesiano tendem a buscar explicações para os fenômenos, questionando o “o porque”, enquanto aquelas que se distanciam desse paradigma procuram entender o “como” e se concentram em compreender o mundo e seus fenômenos. A Fenomenologia, por exemplo, foca nas percepções, ao passo que a Hermenêutica Filosófica se dedica a interpretar esse mundo. A educação, portanto, representa um processo de abertura – e essa abertura se traduz em escuta – pois, afinal, “educar é também educar-se”.

O hermeneuta não se posiciona de maneira arrogante, mas precisa avaliar a sua suposta Verdade (Hermann, 2002, p. 86). Segundo Hermann, a vivência educativa fundamentada na Hermenêutica “requer a exposição ao risco, a enfrentamento de situações incertas e imprevistas, o que coincide com a impossibilidade de garantir uma estrutura estável para essas práticas educativas, que assegure o sucesso das intervenções” (Hermann, 2002, p. 86). A Educação implica tanto a imprevisibilidade quanto a vulnerabilidade. O significado do ato educativo não se apoia em uma “rede de técnicas e procedimentos metodológicos, mas [se sustenta na] entrega à própria vivência educativa, aceitando o que ela possui de incerteza” (Hermann, 2002, p. 87). Essa é a lógica dos eventos, que não pode ser compreendida através da lógica conceitual; por essa razão, na Hermenêutica Filosófica, opta-se por entender o ser como abertura.

O conceito de Zirkel im Verstehen (círculo hermenêutico) proposto por Gadamer indica que em todos os nossos processos racionais estabelecemos perspectivas e esquemas interpretativos que se combinam com novos horizontes de significado, transcendem os horizontes individuais e se integram a uma Gemeinsamkeit (comunidade), onde é possível compartilhar expectativas coletivas (horizonte de expectativa).

O círculo hermenêutico de Gadamer desafia a visão de Dilthey de que apenas a metodologia pode revelar a Verdade nas Geisteswissenschaften (ciências humanas). A Verdade não se resume a um simples

método; a abordagem baseada no cartesianismo, que acentua a separação entre sujeito e objeto, não é adequada às ciências humanas. A experiência nas ciências sociais e humanas deve partir de uma visão participativa dos indivíduos, o que representa o “problema hermenêutico” fundamental. Para uma análise mais aprofundada sobre o sujeito intérprete, consulte as reflexões de Vilmar Pereira e outros (2016, p. 36-37).

“Educar, compreender, torna-se, desde uma perspectiva hermenêutica, uma aventura em que o sujeito e os sentidos do mundo vivido estão se constituindo mutuamente na dialética da compreensão/interpretação. Perde-se, assim, a segurança de uma consciência observadora e decodificadora que promete correspondência e controle dos sentidos. O sujeito observador, situado fora do tempo histórico, estaria perseguiendo os sentidos verdadeiros, reais, permanentes e inequivocáveis. O sujeito intérprete, por sua vez, estaria diante de um mundo-texto, mergulhado na polissemia e na aventura de produzir sentidos, a partir de seu horizonte histórico”.

De fato, “os estudos que se baseiam na perspectiva da hermenêutica veem o educador ambiental como um intérprete do seu meio, enquanto também é um sujeito interpretado” (Pereira, 2016, p. 38). A Hermenêutica Filosófica, portanto, contraria o pensamento solipsista ao ressaltar a importância da vida em comunidade – em comum-unidade. Isso torna a ética um aspecto fundamental. Afinal, a vida não é vivida isoladamente. Não existe uma “língua privada” (Streck, 2017, p. 274). O mundo se configura por meio das relações. Através do diálogo (Gespräch). Por essas e outras razões, é imprescindível estudar a ética. A ética – especialmente o Metaprincípio Ético Ambiental, no contexto deste artigo – pode ajudar a enfrentar comportamentos voluntaristas, superar a visão solipsista do indivíduo e, com isso, revelar interpretações (constitucionalmente) apropriadas dos textos legais. Streck descreve o solipsismo da seguinte maneira:

“Do latim solus(sozinho) e Ipse(mesmo), o solipsismo pode ser entendido como a concepção filosófica de que o mundo e o conhecimento estão submetidos estritamente à consciência do sujeito. Ele assujeita o mundo conforme o seu ponto de vista interior. Epistemologicamente, o solipsismo representa o coroamento da radicalidade do individualismo moderno em seu sentido mais profundo (Streck, 2017, p. 273)”.

O solipsismo, segundo a análise de Streck, é um fenômeno oriundo da Modernidade, ou seja, “resulta do paradigma metafísico que estabeleceu na subjetividade humana a fundação última para todo o entendimento da realidade” (Streck, 2017, p. 273).

Essa perspectiva solipsista tem suas origens em Descartes – penso, logo existo/sou (cogito, ergo sum) – e é elevada à base da metafísica moderna por Kant e seu conceito de “eu penso” (Ich denke). Solipsismo (o sujeito que se sustenta por si mesmo) e subjetivismo (a estrutura transcendental que viabiliza todo o conhecimento do mundo) estão profundamente interconectados.

A pedagogia atual tem se tornado perita em formar indivíduos solipsistas e desvinculados, incapazes de participar de diálogos significativos. A Educação (tradicional/hegemônica) agora percebe os indivíduos que educa como produtos moldados conforme as com exigências do mercado de trabalho; assim, “termos como mercado, adaptação, desempenho e produto passam a ter primazia sobre o genuíno processo de formação do indivíduo” (Flickinger, 2010, p. XIX). Ivana Jinkings, que escreveu a introdução da obra de Mészáros “A Educação para Além do Capital”, destaca que “o que está em questão não se limita apenas à mudança política dos métodos educacionais – que praticam e intensificam a segregação social –, mas à continuidade de uma estrutura de valores que ajuda a manter uma visão de mundo fundamentada na sociedade consumista” (Jinkings, 2008, p. 11-12).

Mészáros alerta que “o mero acesso à escola é uma condição necessária, mas insuficiente para resgatar do esquecimento social milhões de indivíduos cuja presença é reconhecida apenas em estatísticas” (Jinkings, 2008, p. 11). A Educação está pensada para, intencionalmente, desconectar os indivíduos de seus contextos e do mundo do trabalho; educa-se para um trabalho que aliena.

“As classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico (Jinkings, 2008, p. 12)”

Por essa razão, pode-se dizer que “superar a alienação de maneira construtiva é uma tarefa educacional que requer uma transformação cultural profunda para ser efetivada” (Jinkings, 2008, p. 14). Da mesma forma, “é imprescindível romper com a lógica do capital se realmente desejamos desenvolver uma proposta educacional significativamente distinta” (Jinkings, 2008, p. 12). Conforme o mencionado, “o capital não pode ser reformado, pois, pela sua essência, na totalidade regulador sistêmico, é incontrolável e imutável” (Jinkings, 2008, p. 12-13). Em síntese, “Educar além do capital exige imaginar uma

sociedade que transcenda o capital” (Jinkings, 2008, p. 13).

A Hermenêutica Filosófica, ao valorizar a capacidade do diálogo, critica a formação objetivista e autoritária da episteme do Paradigma Moderno. A Modernidade, por sua vez, se fundamenta em uma longa Tradição que favorece a posição enunciativa em detrimento do poder comunicativo. Com isso, observa-se um gradual afastamento do ideal de formação integral, que abrange aspectos espirituais, éticos e estéticos do indivíduo — a própria Paideia — em favor de uma formação técnica e desumanizadora. Tal abordagem transforma os alunos de agentes do processo educativo em meros objetos desse processo, moldando suas condutas às normas dominantes da sociedade e da realidade.

A Paideia que se orienta ambientalmente e busca a (auto)emancipação dos indivíduos em processo educativo, como um novo paradigma de conhecimento, deve fundamentar-se no “respeito pelas capacidades intrínsecas do ser humano, que vão além das limitações impostas pela necessidade de reprodução social e se conectam a uma perspectiva dialógica vinculada à noção de liberdade sustentada coletivamente” (Flickinger, 2010, p. XX). Flickinger acredita, portanto, que a força da comunicação é o aspecto que distingue as propostas democráticas: “a base no consentimento comunicativo pode ser a única opção diante da ambivalência ética atual, que oscila entre dogmatismo e relativismo axiológico” (Flickinger, 2010, p. XX-XXI). Mészáros afirma que “as soluções precisam ser mais do que meramente formais; elas devem ser substanciais” (Mészáros, 2008, p. 35).

O ato de compreender implica na participação do indivíduo em sua própria narrativa e na familiaridade com uma linguagem que possibilita a integração em uma comunidade linguística. É por meio dessa perspectiva que a pessoa busca entender os eventos e suas próprias ações (éticas), além de como ambos se inter-relacionam. Isso indica que o processo de compreensão requer uma disposição para se abrir a essas perspectivas e, quando necessário, ajustar suas próprias interpretações – a φρόνησις (‘phronesis’) representa exatamente esse entendimento interno do eu ao assumir a responsabilidade por suas ações. O movimento de abertura do sujeito, que também faz parte do processo de conhecer, requer que não haja dominação nas interações com outros indivíduos ou com os objetos; a fragilidade do conhecimento exige que o sujeito esteja disposto a renunciar a suas certezas iniciais.

A Modernidade conseguiu distanciar os seres humanos dos ecossistemas, o que impactou negativamente a percepção da crise ambiental que se desenrola (Grün, 2013, p. 4-5). Uma das funções

essenciais da Educação – especialmente da Educação Ambiental – é auxiliar na reaproximação, permitindo que se desenvolva uma nova compreensão sobre nosso papel no mundo (Grün, 2013, p. 9). A Hermenêutica Filosófica, ao interrogar as "promessas" da Modernidade que disfarçam formas simbólicas de opressão e silenciamento do Outro, se revela como um (anti)método eficaz para colocar esse Outro – tanto humano quanto não humano – no foco do processo de compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Hermenêutica Filosófica proposta por Hans-Georg Gadamer ainda é pouco explorada nas investigações no âmbito da Educação Ambiental. Assim, é fundamental que se realizem estudos que busquem integrar esses dois campos, permitindo que os educadores ambientais se familiarizem com essa abordagem que se apresenta como um (anti)método. Gadamer, ao mudar o foco do método para um segundo plano, trouxe um novo movimento para a Hermenêutica Filosófica, entendida como um processo (*Geschehen*), o que une a universalidade da ontologia com a interpretação, criando um fio condutor para uma teoria abrangente do "compreender" (compreensão ↔ interpretação ↔ aplicação ↔ (nova) compreensão). Essa perspectiva oferece ao educador ambiental uma forma renovada de entender as heranças da Modernidade, além de proporcionar novas ferramentas teóricas e metodológicas.

Além de uma breve imersão na Hermenêutica Filosófica de Gadamer, que se configura como um anti-método, é crucial destacar algumas características essenciais da prática pedagógica hermenêutica. Essa prática se concentra na compreensão do Outro e, por isso, representa uma ação hermenêutica distante das relações de dominação (sujeito-objeto) que marcam a Modernidade. Dada a tendência da Pedagogia contemporânea em produzir indivíduos solipsistas, alienados e incapazes de dialogar, é necessário reavaliar a Educação, indo além da simples reforma política dos sistemas educacionais. A superação da alienação exige uma educação que transcendesse o Capital – e, por sua vez, educar além do Capital envolve a concepção de uma sociedade que ultrapasse os limites do Capital.

Diante do que foi apresentado, pode-se afirmar que o que a Hermenêutica Filosófica defende em relação à disposição para dialogar com o Outro não se concretiza em uma sociedade fundamentada na Modernidade e sob o regime da produção capitalista. Isso ocorre porque tanto a Modernidade quanto o Capitalismo deslegitimam a presença desse Outro, seja ele uma pessoa ou uma entidade não humana.

REFERÊNCIAS

DALBOSCO, Cláudio. Pesquisa educacional e experiência humana na perspectiva hermenêutica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 154, dez. 2014. p. 1028-1051. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/1980-5314-cp-44-154-01028.pdf>. Acesso em: 17 janeiro. 2025.

FLICKINGER, Hans-Georg. A caminho de uma pedagogia hermenêutica. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método I. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 15. ed. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método II. Complementos e índice. 6. ed. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2011.

GRONDIN, Jean. Hermenêutica. Tradução de Marcos Marcionillo. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2012.

GRÜN, Mauro. A importância dos lugares na educação ambiental. REMEA -Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, RS, [S.I.], mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3384/2030>. Acesso em: 20 out. 2019.

HEIDEGGER, Martin. O Tempo da Imagem do Mundo. In: HEIDEGGER, Martin. Caminhos da Floresta (*Holzwege*). Lisboa, Portugal: Calouste Gulbenkian, 2002.

HERMANN, Nadja. Capítulo IV –As relações entre hermenêutica e educação. In: HERMANN, Nadja. Hermenêutica e educação. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital.2. ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo, SP: Boitempo, 2008. p. 9-14.

MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital. 2. ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.

MOURA, Vanessa dos S. Metaprincípio Ético Ambiental: constituição à luz de uma Educação Ambiental desde el Sur sobre um viver ético (eudaimônico) ambiental que emerge do Cuidado do Outro. 2021. 325 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) –Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, RS, 2021

OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. Hermenêutica e Ciência Jurídica: gênese conceitual e distância temporal. In: STEIN, Ernildo et al. (orgs.). Hermenêutica e epistemologia: 50 anos de Verdade e Método. 2^a ed. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2015. p. 41-57.

PEREIRA, Vilmar Alves et al. Olhares sobre epistemologia e metodologia nas pesquisas em Educação Ambiental a partir do horizonte hermenêutico. In: PEREIRA, Vilmar Alves. Hermenêutica & Educação Ambiental no contexto do pensamento pós-metafísico. Juiz de Fora, MG: Garcia edizioni, 2016. p. 17-43.

RUIZ, Castor. Emmanuel Levinas, Alteridade & Alteridades –questões da modernidade e a modernidade em questão. In: SOUZA, Ricardo Timm de; FARIA, André Braynerde; FABRI, Marcelo (orgs.). Alteridade e ética: obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Levinas. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2008. p. 117-148.

SCHNEIDER, Paulo Rudi. Experiência e Linguagem. In: STEIN, Ernildo et. al. (orgs.). Hermenêutica e epistemologia: 50 anos de Verdade e Método. 2. ed. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2015.

SOARES, Guilherme Augusto de Vargas; FONTANIVE, Thiago. Hermenêutica tem relevante importância para a pesquisa jurídica. Conjur, Diário de classe, 21 abr. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-abr-21/diario-classe-hermeneutica-relevante-importancia-pesquisa-juridica>. Acesso em: 21 janeiro. 2025.

STEIN, Ernildo. Aproximações sobre hermenêutica. 2^a ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2008a.

STEIN, Ernildo. Gadamer e a consumação da Hermenêutica. In: STEIN, Ernildo et. al. (orgs.). Hermenêutica e epistemologia: 50 anos de Verdade e Método. 2. ed. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2015.

STEIN, Ernildo. Racionalidade e Existência: o ambiente hermenêutico e as ciências humanas. 2. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2008b.

STRECK, Lenio Luiz. Dicionário de Hermenêutica: Quarenta temas fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. Belo Horizonte, MG: Letramento/Casa do Direito, 2017.

STRECK, Lenio Luiz. Lições de Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2016.